



The Forests Dialogue

ENGAGE! EXPLORE! CHANGE!

Diálogo de Campo sobre Restauração de Ecossistemas, Brasil

BAHIA, BRASIL

4 a 7 de maio de 2026

Relatório-síntese das Co-lideranças

Co-lideranças do Diálogo: Erica Munaro, Fernanda Rodrigues, Marcus Colchester, Kerry Cesareo, Cécile Ndjebet, Maurem Alves

CONTEÚDO

I. Introdução	2
1.1 Visão geral da iniciativa	2
1.2 Contexto da Restauração de Ecossistemas na Bahia, Brasil	2
1.3 Objetivos do Diálogo	5
II. Resumo do diálogo	6
2.1 Descrição da visita de campo e aprendizados	6
2.2 Principais desafios organizados em seis temas	18
2.2.1 Implementação e aplicação da legislação	18
2.2.2 Inclusão e engajamento de diferentes partes interessadas	19
2.2.3 Esforços fragmentados e fluxo insuficiente de informações	20
2.2.4 Restrições financeiras	20
2.2.5 Qualidade da restauração e monitoramento	21
2.2.6 Valorização da natureza	22
2.3 Soluções para enfrentar os principais desafios	23
2.3.1 Implementação e aplicação da legislação	23
2.3.2 Inclusão e engajamento de diferentes partes interessadas	24
2.3.3 Esforços fragmentados e fluxo insuficiente de informações	26
2.3.4 Restrições financeiras	27
2.3.5 Qualidade da restauração e monitoramento	28
2.3.6 Valoração da natureza	28
2.3.7 Próximos passos para as oportunidades	29
III. Conclusão	29
3.1 Reflexões sobre as principais linhas de fratura da iniciativa	29
3.2 Reflexões das Co-lideranças	32
IV. Anexos	38
Anexo A: Lista completa dos desafios identificados (incluindo a votação)	38
Anexo B: Lista de Participantes	40

TFD STEERING COMMITTEE 2026

Maurem Alves, TFD Co-Lead
Klabín – Brazil

Kerry Cesareo
WWF – United States

Marcus Colchester
Forest Peoples Programme –
United Kingdom

Patricia Da Silva Machado
Suzano – Brazil

Gary Dunning
The Forests Dialogue (TFD) –
United States

Yuuko Iizuka
Sumitomo Forestry – Japan

Chetan Kumar
International Union for
Conservation of Nature (IUCN) –
United States

Ruth Metzel
Conservation Internationale (CI) –
United States

Cécile Ndjebet
African Women's Network for
Community Management of
Forests (REFACOF) – Cameroon

Milagre Nuvunga, TFD Co-Lead
MICAIA Foundation – Mozambique

Agustín Rosello
Program Manager, Cerro Guido
Conservation Foundation – Chile

Fernanda Rodrigues
Brazilian Forest Dialogue
(Diálogo Florestal) – Brazil

Carolina Toapanta
BOMACO Foundation – Ecuador

Marthe Tollenaar
Climate Asset Management –
Netherlands

Peter Umunay
Global Environment Facility
(GEF) – United States

I. INTRODUÇÃO

1.1 Visão geral da iniciativa

O Diálogo sobre Restauração de Ecossistemas (Restauração de Ecossistemas - RE), realizado na Bahia, Brasil, foi o segundo diálogo de campo promovido no âmbito da Iniciativa de Restauração de Ecossistemas do The Forests Dialogue (TFD). A iniciativa busca compreender as oportunidades para que o setor florestal contribua e impulse a restauração de ecossistemas em todo o mundo. O diálogo de campo realizado no Brasil sucede o primeiro realizado na Indonésia, em abril de 2024, um Diálogo de Escopo realizado em janeiro de 2023 e uma Mesa Redonda sobre Restauração (Restoration Roundtable – RR), realizada em outubro de 2022. A Mesa Redonda, promovida em parceria com o Comitê Consultivo sobre Indústrias Florestais Sustentáveis (ACSFI, sigla em inglês para Advisory Committee on Sustainable Forest-based Industries) da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês para Food and Agriculture Organization of the United Nations), teve como objetivo ampliar o engajamento das indústrias de base florestal na restauração de ecossistemas.

Após a Mesa Redonda, foi realizado um Diálogo de Escopo com o objetivo de definir o foco da iniciativa no setor florestal privado e identificar oportunidades para que o setor contribua e impulse os esforços de restauração em todo o mundo. Durante esse diálogo, foram identificadas seis linhas de fratura (fracture lines) que poderiam ser abordadas por meio do diálogo, conforme detalhado no Resumo das Colideranças do Diálogo de Escopo. Com base na identificação dessas linhas de fratura, o Diálogo sobre Restauração de Ecossistemas realizado na Indonésia, em 2024, identificou cinco áreas-chave de desafios: capacidade e conhecimento, aspectos biofísicos, financiamento, questões sociais e comunitárias, e políticas e governança. O Resumo das Colideranças do Diálogo de Restauração de Ecossistemas na Indonésia em 2024 apresenta informações adicionais sobre as soluções identificadas e os próximos passos para Kalimantan Oriental, na Indonésia, bem como para o movimento global de restauração de ecossistemas.

1.2 Contexto da Restauração de Ecossistemas na Bahia, Brasil

Informações essenciais a respeito da restauração de ecossistemas nos âmbitos global, nacional e regional são apresentadas no documento de contextualização do diálogo (background paper). A seguir, são destacados trechos que traçam um panorama das tendências mundiais e do cenário atual da restauração ecológica na Bahia. O acesso à versão integral e completa do documento está disponível [aqui](#).

Em escala global, o financiamento público, por si só, é insuficiente para suprir o déficit anual estimado de financiamento para a restauração (incluindo o manejo sustentável da terra), chegando a USD\$ 296 bilhões, até 2030, para alcançar as metas do Rio, o que, nesse contexto, torna a mobilização de capital privado indispensável¹. O setor privado de base florestal desempenha um papel fundamental na redução dessa lacuna por meio de investimentos de impacto em larga escala, compromissos corporativos de longo prazo

1 United Nations Environment Programme. (2024). *State of finance for nature: Restoration finance report—Growing the green: Why and how restoration finance needs to quadruple by 2030*. UNEP. <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/46730> [unep.org], [eld-initiative.org]

relacionados ao clima e mecanismos de financiamento orientados pelo mercado. Além de aportar recursos financeiros, o setor privado oferece capacidades operacionais altamente especializadas, incluindo o planejamento técnico de viveiros com múltiplas espécies, a coordenação de redes de sementes, a seleção genética de precisão e a gestão intensiva da terra ao longo de vários anos para garantir altas taxas de sobrevivência das mudas. Ao integrar os esforços de restauração ecológica diretamente às cadeias de valor comerciais, as operações florestais privadas contribuem para a criação de mercados regionais permanentes tanto para insumos da restauração, como mudas nativas de diversas espécies, quanto para produtos sustentáveis, como madeira certificada. Essa integração reduz barreiras transacionais e proporciona maior continuidade institucional aos esforços de restauração em escala de paisagem.

Para avançar além de modelos simplificados de plantio de árvores com um objetivo único e adotar abordagens multifuncionais e de longo prazo em escala de paisagem, iniciativas no sul da Bahia vêm desenvolvendo, de forma colaborativa, diferentes intervenções ecológicas. Uma das principais estratégias é a silvicultura florestal multifuncional, uma abordagem inovadora que busca compensar os elevados custos iniciais de implantação por meio do cultivo consorciado de espécies exóticas comerciais de rápido crescimento, como o eucalipto, com uma ampla variedade de espécies arbóreas nativas. A receita obtida com a colheita inicial das linhas comerciais de madeira pode compensar entre 44% e 75% dos custos iniciais de implementação da restauração, ao mesmo tempo em que estabelece o sombreamento do dossel necessário para favorecer a regeneração das espécies nativas no sub-bosque. Complementando esse modelo, a silvicultura de espécies nativas de alto valor, promovida por organizações comerciais como a Symbiosis, apresenta a recuperação de florestas nativas como uma estratégia de uso da terra economicamente viável e independente. Ao investir de forma significativa no melhoramento genético e na propagação em larga escala de espécies brasileiras de madeira nobre ameaçadas de extinção, como *Cariniana legalis* (jequitibá-rosa) e *Dalbergia nigra* (jacarandá-da-bahia), essas organizações constroem uma alternativa comercial escalável e autossustentável à histórica exploração ilegal de madeira na região.

O sul da Bahia tornou-se um importante laboratório para o desenvolvimento e a aplicação de arquiteturas sofisticadas de financiamento, envolvendo recursos privados e parcerias público-privadas, voltadas à sustentabilidade de paisagens florestais diversificadas. Grandes iniciativas de restauração ecológica têm obtido recursos por meio de acordos corporativos de compensação de emissões de carbono e contratos de alta integridade para remoção de carbono com empresas multinacionais de tecnologia. Como exemplo, a Re.green firmou um contrato histórico com a Microsoft em que se compromete a retirar da atmosfera 6,5 milhões de toneladas de carbono equivalente, enquanto a Symbiosis vem expandindo seus plantios biodiversos com apoio do *Restore Fund*², da Apple. Esse capital privado é potencializado por recursos públicos de desenvolvimento, especialmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo Clima³. O BNDES destinou USD\$ 77,6 milhões à Symbiosis para a restauração de 1.500 hectares e outros US\$ 186,7 milhões à Re.green

2 Apple. (2024, March 13). Apple's Restore Fund cultivates new roots in the Atlantic Forest. Apple Newsroom.

3 Re.green. (2025, July 17). *Nestlé and Re.green partner to restore cocoa and coffee landscapes in Southern Bahia*.

para o estabelecimento de 2.000 hectares com espécies nativas diversas na Bahia⁴. Além de modelos centrados no carbono, essas iniciativas também vêm desenvolvendo novas classes de ativos ambientais, como o Nature Framework, da Verra, que permite às organizações monetizar diretamente ganhos líquidos, verificados de forma independente, na qualidade dos habitats locais, na conservação de espécies e na saúde geral dos ecossistemas⁵.

A ampliação da conformidade ambiental e da segurança jurídica na região é sustentada por mecanismos regulatórios em âmbito federal e estadual. Em nível nacional, o Código Florestal Brasileiro estabelece a obrigatoriedade de que todos os imóveis rurais mantenham ou restaurem percentuais definidos de vegetação nativa, classificados como Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs)⁶. O cumprimento dessas exigências é monitorado por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e formalizado pelos Programas de Regularização Ambiental (PRAs)⁷ dos estados. Na Bahia, o Decreto Estadual nº 15.180/2014 operacionaliza essas determinações federais ao integrá-las ao Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), estabelecendo um requisito administrativo para a obtenção do licenciamento ambiental estadual e para a conformidade regulatória dos empreendimentos⁸. Esses requisitos obrigatórios de conformidade são cada vez mais fortalecidos por instrumentos legais baseados em incentivos de mercado, como a Lei Federal nº 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e estabelece mecanismos de remuneração pela recuperação ativa de florestas destinados às pessoas proprietárias de imóveis rurais, e a Lei nº 15.042/2024, que institui o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa regulado.

A restauração sustentável de longo prazo não pode ser conduzida apenas como um processo técnico ou corporativo; ela deve incorporar, de forma ativa, legitimidade social e equidade em paisagens marcadas por diferentes interesses e atores. O Programa Arboretum exemplifica uma experiência de integração entre empresas e comunidades por meio da Rede de Sementes Hiléia, uma iniciativa que conecta mais de 40 coletores tradicionais de sementes, distribuídos em sete comunidades rurais, a redes locais de viveiros, promovendo a diversificação sustentável dos meios de vida por meio do fornecimento de sementes de mais de 500 espécies arbóreas nativas⁹. Ao mesmo tempo, iniciativas focadas na conectividade da paisagem — como o projeto Maturembá¹⁰ e os corredores ecológicos promovidos pelo Instituto de Pesqui-

4 Antonelli, A., Rueda, X., Calcagno, R., & Nantongo Kalunda, P. (2024). *How biodiversity credits could help to conserve and restore nature*. *Nature*, 634(8036), 1045–1049. <https://doi.org/10.1038/d41586-024-03475-2>

5 VERRA. (2024). *Nature Framework*. <https://verra.org/verra-launches-nature-framework/>

6 Brasil. (2012). *Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012*. <http://www.planalto.gov.br>

7 Brock, R. C., Arnell, A., Simonson, W., Soterroni, A. C., Mosnier, A., Ramos, F., ... & Kapos, V. (2021). *Implementing Brazil's Forest Code: A vital contribution to securing forests and conserving biodiversity*. *Biodiversity and Conservation*, 30(6), 1621–1635. <https://doi.org/10.1007/s10531-021-02159-x>

8 Bahia. (2014). *Decreto Estadual nº 15.180, de 2 de junho de 2014*

9 Arboretum. (2025). *Programa Arboretum*. <https://www.programarboretum.eco.br/>

10 Arboretum. (2025). <https://www.programarboretum.eco.br/noticia/florestas-integradas-fortalecem-a-restauracao-florestal-ea-sociobiodiversidade-no-extremo-sul-da-bahia>

sas Ecológicas (IPÊ)¹¹ — identificam corredores ecológicos que conectam parques públicos, territórios indígenas e propriedades privadas, envolvendo ativamente comunidades indígenas e proprietários de terras na implementação dessas áreas. Além disso, o Programa Arboretum tem impulsionado esforços integrados de restauração florestal no sul da Bahia, fortalecendo tanto a conectividade ecológica quanto a sociobiodiversidade local.

A equidade social também é incorporada às operações das empresas por meio de uma abordagem voltada à promoção da igualdade de gênero e à inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, algumas organizações estruturam deliberadamente funções em campo e nos viveiros para ampliar a participação e a liderança feminina, utilizam iniciativas de voluntariado, como a rede “Forest Forces”, para identificar e reduzir fatores de vulnerabilidade socioeconômica no ambiente de trabalho, e implementam programas estruturados de aprendizagem para jovens pertencentes a populações locais em situação de maior vulnerabilidade¹².

Entretanto, a restauração de ecossistemas ainda enfrenta desafios regionais e operacionais significativos. Apesar de que projetos de restauração voltados ao carbono possam atuar como um motor econômico e financeiro que transforma iniciativas ambientais em negócios viáveis, cobrindo custos de implantação, auditoria e manutenção de longo prazo, um dos riscos estratégicos é que métricas corporativas restritas, voltadas exclusivamente à contabilização de carbono, acabem sobrepondo-se a objetivos ecológicos mais amplos, como a conservação da biodiversidade estrutural e o respeito aos direitos das comunidades locais sobre a terra. No campo operacional, áreas submetidas a elevados níveis de perturbação após o plantio são altamente suscetíveis à infestação por gramíneas exóticas do gênero *Brachiaria* e por samambaias invasoras de grande porte, que rapidamente competem com as mudas e comprometem seu desenvolvimento. O controle dessas espécies exige manutenção contínua e intensiva em mão de obra, elevando frequentemente os custos de implementação por hectare para além de níveis considerados economicamente viáveis. No caso de esforços para plantações comerciais de espécies nativas como o exemplo da Symbiosis, esses desafios em campo são agravados por entraves administrativos e burocráticos nos cadastros estaduais, bem como pela ausência de procedimentos padronizados de acompanhamento nos órgãos federais, o que complica a colheita comercial, uma vez que o corte e o transporte de madeira nativa proveniente de áreas de restauração implantadas representam uma prática ainda sem precedentes históricos no país. Por fim, desigualdades estruturais relacionadas à posse da terra e à capacidade institucional fazem com que pessoas produtoras rurais de pequeno e médio porte frequentemente precisem atender a exigências rigorosas de regularização, mas não disponham do capital, da assistência técnica ou da regularização fundiária necessários para acessar mecanismos nacionais de financiamento verde, o que pode ampliar sua vulnerabilidade socioeconômica.

11 IPÊ inicia restauração florestal no sul da Bahia. <https://ipe.org.br/noticias/ipe-inicia-restauracao-florestal-de-trecho-de-corredor-no-sul-da-bahia/>

12 Benzeev, R., Mills-Novoa, M., Pataxó, F., Machado, M., dos Santos, O. B., & Menezes, P. D. (2025). *Broadening forest restoration's benefits by including community-identified priorities in the Atlantic Forest of Brazil*. *Environmental Research Letters*, 20(10), 104036.

1.3 Objetivos do Diálogo

O Diálogo de Campo sobre Restauração de Ecossistemas no Brasil, promovido pelo Fórum Florestal da Bahia (FF BA) e pelo Diálogo Florestal (DF), em colaboração com o The Forests Dialogue (TFD), foi realizado entre os dias 4 e 7 de maio de 2026.

O diálogo foi estruturado em torno dos seguintes objetivos:

- ➔ Esclarecer as necessidades relacionadas à restauração de ecossistemas e ampliar o engajamento de diferentes partes interessadas na Bahia.
- ➔ Discutir como o setor privado pode fortalecer seu apoio à restauração florestal e ampliar sua participação nesse processo.
- ➔ Explorar oportunidades de colaboração para a construção conjunta de abordagens bem-sucedidas para a restauração de ecossistemas.
- ➔ Conhecer experiências bem-sucedidas de parceria entre empresas e comunidades, de apoio político e aperfeiçoamento de políticas públicas, de novos modelos de financiamento, de reconhecimento dos direitos de povos e comunidades tradicionais e de maior inclusão dos Povos Indígenas e da equidade de gênero.
- ➔ Examinar os principais fatores de sucesso e os desafios da restauração de ecossistemas no contexto local.

II. RESUMO DO DIÁLOGO

O diálogo reuniu 52 participantes, incluindo 10 representantes internacionais provenientes de sete países — Equador, Japão, Reino Unido, Estados Unidos, Indonésia, Panamá e Camarões — além de participantes de diferentes regiões do Brasil, representando uma diversidade de ecossistemas. Entre as pessoas participantes estiveram representantes da academia, de instituições de pesquisa, do setor privado de base florestal, de comunidades locais, de povos indígenas, de organizações não governamentais (ONGs) ambientais e de organizações da sociedade civil voltadas à defesa dos direitos humanos. Durante dois dias, o grupo realizou visitas de campo a projetos de restauração de ecossistemas, acompanhando diretamente iniciativas em andamento e dialogando com as lideranças dos projetos e organizações parceiras sobre os desafios e as oportunidades da restauração no contexto local. Após as visitas de campo, as atividades seguiram com um dia dedicado ao diálogo, composto por sessões plenárias e discussões em grupos de trabalho, com o objetivo de refletir sobre as experiências observadas e debater os principais desafios, as oportunidades e os caminhos para o fortalecimento da restauração de ecossistemas.

2.1 Descrição da visita de campo e aprendizados

Ao longo de dois dias, o grupo visitou quatro áreas com diferentes iniciativas de restauração na Bahia,

inseridas no bioma Mata Atlântica. As áreas foram selecionadas para proporcionar uma visão abrangente sobre diferentes motivações para a restauração de ecossistemas, mecanismos de financiamento, direitos e responsabilidades das partes envolvidas, desafios enfrentados e fatores que contribuem para o sucesso das iniciativas, com o objetivo de compreender os elementos necessários para ampliar a escala desses projetos. As visitas de campo evidenciaram a atuação de diversos setores na restauração de ecossistemas, incluindo comunidades locais, povos indígenas, pequenas e médias empresas, empresas do setor privado, órgãos governamentais, instituições de pesquisa e ensino, organizações financiadoras e organizações da sociedade civil. Além disso, as áreas visitadas contemplaram diferentes estratégias de restauração de ecossistemas, entre elas sistemas agroflorestais, regeneração natural assistida, plantio consorciado de espécies nativas e plantios que combinam espécies exóticas e nativas.



Foto do grupo completo no corredor ecológico do Assentamento Fábio Santos

ÁREA 1:

RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA E SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO ESTRATÉGIAS PARA A CONEXÃO DE FRAGMENTOS FLORESTAIS NO ASSENTAMENTO FÁBIO SANTOS (TERÇA-FEIRA – DIA 1)

O projeto desenvolvido no Assentamento Fábio Santos abrange uma área total de intervenção de 203 hectares. Até o momento, foram implantados mais de 6.000 metros de cercamento e plantadas aproximadamente 55 mil mudas de espécies nativas. As ações contemplam a restauração de 27 hectares de áreas degradadas, a implantação de 7 hectares de sistemas agroflorestais (SAFs), o enriquecimento de 96 hectares e a condução da regeneração natural assistida em outros 73 hectares. Como resultado, o projeto contribui para a conexão de 1.792 hectares de fragmentos de habitat, favorecendo a conectividade da paisagem e ampliando o potencial de conservação da região.



Fala do MST sobre restauração ecológica e sistemas agroflorestais como estratégias para conectar fragmentos florestais no Assentamento Fábio Santos



Fala da iNovaland sobre restauração ecológica e sistemas agroflorestais

A área visitada integra um conjunto de iniciativas que contribuem para a meta pública da Suzano de conectar 500 mil hectares de áreas prioritárias para a biodiversidade por meio de corredores ecológicos. Neste território, o trabalho realizado em parceria com o Assentamento Fábio Santos busca restaurar e conectar fragmentos de vegetação nativa, criando condições mais favoráveis para a movimentação da fauna e para o aumento da resiliência dos ecossistemas. Paralelamente, a iniciativa apoia a recuperação produtiva e ambiental de áreas degradadas, associando conservação da natureza ao fortalecimento das comunidades locais. Os aprendizados e resultados gerados nesta paisagem ajudam a demonstrar, na prática, como a conectividade ecológica pode produzir benefícios duradouros para a biodiversidade, clima e desenvolvimento territorial.

O imóvel onde hoje se encontra o Assentamento Fábio Santos, possui uma história

emblemática do ponto de vista fundiário. Inicialmente pertencente a um produtor de café, foi adquirido pela antiga Aracruz Celulose e logo depois ocupado por famílias ligadas ao MST. Em 2011, após criação da mesa de mediação de conflitos fundiários do Estado da Bahia, liderada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado, com participação dos movimentos sociais, do INCRA e das empresas florestais que tinham áreas ocupadas pelos movimentos, foi estabelecido um amplo acordo mitigador, que envolvia a destinação voluntária de imóveis pelas empresas para aquisição pelo INCRA. A fazenda visitada fez parte deste acordo, e está em fase final de aquisição pelo INCRA por meio do processo padrão de compensação¹³. Após aquisição do imóvel, cabe ao INCRA finalizar o processo de transferência da posse para cada uma das famílias selecionadas como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”. A implementação do corredor ecológico conta com financiamento da KIRKBI e da Suzano, enquanto a gestão operacional é conduzida pela iNovaland Investment Limited/FASB.

13 Wendy Wolford, 2010, *This Land in Ours Now: Social Mobilization and the Meanings of Land in Brazil*, Duke University Press, Durham.



Participantes discutem restauração ecológica e sistemas agroflorestais como estratégias para conectar fragmentos florestais após visitarem o Assentamento Fábio Santos

Como ocorre em outras iniciativas de restauração de paisagens, o projeto enfrenta desafios relacionados à regularização fundiária, às condições ambientais locais e à implementação das ações em escala. Esses desafios têm contribuído para o desenvolvimento de soluções colaborativas entre os parceiros envolvidos, gerando aprendizados relevantes para o avanço da conectividade ecológica e da restauração em outras áreas prioritárias. No entanto, a decisão do MST de não utilizar agroquímicos aumentou os custos de controle de plantas daninhas associados às atividades de restauração.

A experiência tem gerado aprendizados relevantes sobre a construção de soluções colaborativas para a conservação e o desenvolvimento territorial. Destaca-se o protagonismo das famílias assentadas, especialmente das mulheres, que desempenham papel central na mobilização comunitária, nas atividades de restauração e no desenvolvimento de sistemas produtivos sustentáveis. O projeto demonstra, ainda, como o diálogo e a cooperação entre diferentes atores podem contribuir para a conectividade da paisagem e a construção de benefícios compartilhados para a biodiversidade, as comunidades locais e a resiliência do território.



Restauração e conservação de floresta nativa em uma área de plantio de eucalipto da Suzano

ÁREA 2:

RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS EM ÁREA DE PLANTIO DE EUCALIPTO DA SUZANO (TERÇA-FEIRA – DIA 1)

As atividades de restauração ecológica desenvolvidas pela Suzano são baseadas na recuperação ativa de áreas degradadas por meio do plantio de espécies nativas da Mata Atlântica e da aplicação de diferentes técnicas de restauração, incluindo a regeneração natural assistida. As intervenções são definidas a partir de um processo de microplanejamento, realizado em escala local, que considera as características e o grau de degradação de cada área. Com base nesse diagnóstico, são selecionadas as estratégias, técnicas e insumos mais adequados para promover o restabelecimento da vegetação, aumentar a eficiência das ações e garantir a sustentabilidade das áreas restauradas ao longo do tempo. A implementação das iniciativas também demanda

manejo intensivo, especialmente nos primeiros anos, envolvendo atividades de preparo de área, controle de vegetação competitiva, adubação, monitoramento e manutenção contínua, fatores essenciais para o sucesso da restauração.

As áreas contempladas pelo programa são compostas principalmente por terras historicamente degradadas, submetidas ao desmatamento e ao uso intensivo para pecuária ou outras atividades agropecuárias antes de sua aquisição pela companhia. Nesse contexto, as ações de restauração buscam recuperar a estrutura e a funcionalidade dos ecossistemas, promovendo a recomposição da cobertura florestal, a proteção de recursos hídricos, o estabelecimento de faixas de vegetação ripária para conservação de nascentes e cursos d'água, o fortalecimento da conectividade entre fragmentos florestais e a geração de benefícios para a biodiversidade. Além disso, as iniciativas contribuem para o atendimento aos requisitos estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro e para os compromissos corporativos da Suzano relacionados à sustentabilidade, ao clima e à conservação da biodiversidade.

Além dos ganhos ambientais, o programa gera impactos sociais e econômicos positivos nos territórios onde está inserido. A execução das atividades é realizada por empresas prestadoras de serviços contratadas pela Suzano, que priorizam a contratação de mão de obra das comunidades locais, contribuindo para a geração de emprego e renda. Considerando os estados da Bahia e do Espírito Santo, estima-se que o programa beneficie aproximadamente 150 famílias por meio de oportunidades de trabalho vinculadas às atividades de restauração. A iniciativa também fortalece a cadeia produtiva regional por meio da aquisição de mudas nativas produzidas pelo Viveiro AMA, parceiro estratégico da Suzano e responsável pela produção de cerca de 1,5 milhão de mudas por ano. O viveiro emprega moradores da região sul da Bahia e utiliza sementes coletadas de árvores matrizes identificadas nos municípios de Itamaraju e Prado, contribuindo para a valorização da biodiversidade local, a conservação do patrimônio genético regional e o fortalecimento da economia local.



Visita do grupo à sede do Parque Nacional do Pau Brasil, próximo de onde se localiza área de restauração da Priceless Planet Coalition

ÁREA 3:

Á618ACCREA DE RESTAURAÇÃO DA PRICELESS PLANET COALITION NO PARQUE NACIONAL DO PAU BRASIL (QUARTA-FEIRA – DIA 2)

As atividades de restauração nesta área concentram-se no plantio em alta densidade de espécies nativas em uma área de 6,5 hectares. O plantio é iniciado com um conjunto de 30 a 40 espécies, de acordo com a disponibilidade de mudas nos viveiros, tendo como objetivo alcançar, ao longo do tempo, aproximadamente 100 espécies capazes de formar um dossel florestal de cerca de 30 metros de altura. As mudas são plantadas em espaçamentos de 2 x 2 metros e 3 x 2 metros, em áreas anteriormente ocupadas por plantações de eucalipto que estão sendo convertidas em floresta nativa. As ações de restauração também exigem o controle intensivo de espécies invasoras, especialmente samambaias exóticas de grande porte e gramíneas do gênero *Brachiaria*, para possibilitar o estabelecimento da vegetação nativa desde as etapas iniciais da restauração. Essas atividades são conduzidas pelo Grupo Ambiental Natureza Bela, no âmbito da Priceless Planet Coalition, iniciativa liderada pela Conservation International com apoio financeiro da Mastercard, desenvolvida no Parque Nacional do Pau Brasil. Criado em 1999 e ampliado em 2010, o Parque Nacional tem como foco a restauração de áreas anteriormente degradadas, incluindo antigas propriedades rurais, e atualmente abrange uma área próxima de 20 mil hectares.

O projeto atua em paisagens que foram historicamente convertidas para a pecuária e outras atividades agropecuárias, resultando na eliminação da vegetação nativa e na proliferação de gramíneas e samambaias invasoras que dificultam a regeneração natural das espécies arbóreas.

Entre seus objetivos estão a transição de uma abordagem voltada predominantemente à preservação para um modelo de restauração ecológica em larga escala; a proteção do pau-brasil, espécie emblemática e de importância ecológica para o país; o estabelecimento de zonas de amortecimento e de sistemas de uso agrícola compatíveis com a conservação; a ampliação dos corredores ecológicos na região; e a promoção de uma economia regional inclusiva baseada no ecoturismo regenerativo, por meio de iniciativas como redes de trilhas comunitárias, áreas de camping e o primeiro parque brasileiro dedicado à prática de *mountain bike*.

A iniciativa de restauração é impulsionada por diretrizes de conservação implementadas por meio de parcerias entre os setores público e privado, conduzidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); pela aplicação das metodologias de restauração



Conversa em grupo sobre o local de restauração da Priceless Planet Coalition no Parque Nacional do Pau Brasil

desenvolvidas pelo PACTO; pelos compromissos de responsabilidade social corporativa (CSR) e de marketing verde assumidos por organizações financiadoras internacionais; e pela aplicação da Lei da Mata Atlântica, de 2006, para prevenir o parcelamento irregular de terras e a exploração

ilegal de madeira. O projeto é desenvolvido em áreas privadas que estão sendo incorporadas ao Parque Nacional do Pau Brasil por meio de processos de aquisição de imóveis para fins de interesse público.

O financiamento do projeto baseia-se em um modelo diversificado, que combina filantropia corporativa e doações internacionais. A área de restauração de 6,5 hectares visitada durante o diálogo é financiada pela Conservation International com recursos da Priceless Planet Coalition. As primeiras ações de restauração voltadas à ampliação do Parque Nacional do Pau Brasil tiveram início em 2008, com apoio financeiro do BTG Pactual e parcerias técnicas com a The Nature Conservancy (TNC). As mudas utilizadas são provenientes de uma rede de cinco viveiros locais, incluindo o viveiro do Assentamento Santa Maria. Entre os principais desafios para a implementação do projeto destacam-se a exploração ilegal de madeira nas áreas de entorno do parque; a ausência de inventários florestais abrangentes e de sistemas de rastreabilidade capazes de proteger as florestas contra o desmatamento; a extração seletiva de espécies madeireiras de alto valor, como o Paraju e o Brazilian Redwood; e o elevado custo da restauração, estimado em aproximadamente USD\$ 6.000 por hectare no projeto financiado pela Mastercard.

Um dos principais aprendizados do projeto foi a mudança de abordagem em relação às comunidades locais, que deixaram de ser vistas como “beneficiárias” ou “monitoras” das ações de restauração para serem reconhecidas como parceiras ativas, pesquisadoras e protagonistas na implementação das atividades. A iniciativa baseia-se fortemente na participação de jovens das comunidades, agricultores familiares e redes locais de coleta de sementes, contribuindo para ampliar a diversidade genética das espécies utilizadas na restauração. O projeto também demonstra que, embora o plantio ativo de árvores possa ser ampliado em escala com relativa eficiência, a manutenção de longo prazo continua sendo o principal fator limitante para o sucesso da restauração. Por fim, a experiência relatada durante a visita sugere que os preços históricos do carbono, entre USD\$ 5 e USD\$ 14 por tonelada, eram insuficientes para cobrir os custos da restauração. Em contrapartida, os valores mais recentes, entre USD\$ 50 e USD\$ 60 por tonelada, oferecem uma base econômica muito mais favorável para o financiamento de iniciativas de restauração ecológica em larga escala.



Participantes visitam o local de silvicultura comercial de espécies nativas e restauração de alta tecnologia da Symbiosis

ÁREA 4:
SILVICULTURA COMERCIAL DE ESPÉCIES NATIVAS E RESTAURAÇÃO DE ALTA TECNOLOGIA PELA SYMBIOSIS (QUARTA-FEIRA – DIA 2)

A Symbiosis desenvolve atividades de silvicultura em larga escala com espécies nativas investindo em pesquisa aplicada no melhoramento genético das espécies para a produção madeireira. Atua com a implantação de florestas produtivas em áreas de pastagem degradada revertendo processos de degradação da terra desenvolvendo um novo modelo econômico de base florestal. O modelo operacional adotou, na fase inicial, composições de diversas espécies em seus plantios, chegando a uma proporção de até 50% de espécies exóticas - como o mogno-africano - e 50% de espécies nativas. Ao longo dos anos de desenvolvimento do projeto, essa composição tem sido ajustada para uma predominância de espécies nativas, alcançando um percentual de até 90% de espécies nativas em algumas áreas em razão do seu melhor desempenho a partir da implementação e aprimoramento de técnicas silviculturais. Nas áreas degradadas da Fazenda Symbiosis, onde o projeto piloto começou, a Symbiosis trabalhou com um conjunto de 165 espécies para restauração de APP, RL e áreas declivosas. Nas áreas com aptidão comercial, iniciou seus testes com 56 espécies madeireiras, sendo que, atualmente, segue com cerca de 12 espécies com melhor desempenho que foram incorporadas aos plantios comerciais em larga escala.

Essas iniciativas intensivas de restauração produtiva buscam enfrentar o elevado grau de fragmentação dos ecossistemas na região, onde apenas 8% da cobertura original do bioma Mata Atlântica permanece conser-

vada. Nas áreas de atuação do projeto, a degradação resulta principalmente do histórico de uso intensivo da terra para pecuária e monocultivos de coqueiro, que contribuíram para o empobrecimento dos solos. Como resposta a esse cenário, a Symbiosis estabeleceu como meta de curto prazo implantar 2.000 hectares de novos plantios ao longo do atual e do próximo ciclo operacional. Para isso, conta com uma estrutura de viveiro com capacidade para produzir até 5 milhões de mudas por ano. No âmbito da produção florestal, o projeto está finalizando a implantação de uma serraria com capacidade para processar 600 metros cúbicos (m³) de madeira nativa proveniente de manejo sustentável por mês. Em uma perspectiva de longo prazo, a estratégia da empresa busca fortalecer a resiliência climática por meio da seleção criteriosa de árvores matrizes com características desejáveis, como fuste retilíneo para produção de madeira, resistência a doenças e elevada capacidade de sequestro contínuo de carbono ao longo de um ciclo de aproximadamente 100 anos das espécies cultivadas.

A principal motivação da iniciativa é demonstrar a viabilidade econômica da silvicultura comercial com espécies nativas, estabelecendo-a como uma alternativa autosustentável em relação à dependência de recursos provenientes de financiamentos públicos e doações. Outros fatores que impulsionam o projeto incluem o cumprimento de metas corporativas de neutralização de carbono por meio de investimentos internacionais de grande porte, como o projeto Apple Restore Fund, e a ampliação da certificação de projetos no mercado voluntário de carbono, seguindo os rigorosos padrões da Verra e do Forest Stewardship Council® (FSC®). As fontes de receita do projeto são estruturadas em torno da comercialização de madeira nativa de alto valor agregado, por meio de produtos como decks, assoalhos, forros e movelaria;; da comercialização de créditos de carbono; da venda de cavacos de madeira provenientes da serraria como biomassa para uso industrial e da comercialização de mudas nativas produzidas pelo viveiro. A Symbiosis enfrenta desafios administrativos complexos, entre eles processos de licenciamento ambiental em âmbito estadual caracterizados por elevado grau de exigência e burocracia. A iniciativa também precisa lidar com novos procedimentos em cadastros e órgãos federais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), uma vez que o registro, o acompanhamento e a autorização para a colheita comercial de árvores nativas plantadas representam uma prática ainda sem precedentes. Do ponto de vista operacional, o projeto também enfrenta desafios logísticos, especialmente durante o período chuvoso, quando as estradas arenosas de acesso frequentemente se tornam intransitáveis para veículos de transporte pesado. Além disso, o elevado grau de fragmentação florestal na região resulta em importantes limitações genéticas das populações arbóreas, exigindo que as equipes demandem um esforço maior de prospecção para a coleta, via escalada, de sementes de árvores matrizes dentro dos parâmetros de interesse como sanidade, retidão e volume do fuste. . Apesar desses desafios, a Symbiosis apresenta uma abordagem inovadora ao operar uma cadeia integrada de produção, desde a pesquisa e o desenvolvimento até o processamento da madeira (“do laboratório à serraria”), utilizando clonagem de árvores selecionadas, enxertia e ferramentas de inteligência artificial integradas ao mapeamento por satélite e à análise de solos. Além disso, suas operações incorporam uma estratégia voltada à redução da vulnerabilidade social por meio de um modelo de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), composto por uma força de trabalho formada por 57% de mulheres, 81% de profissionais pretos(as) e programas específicos de aprendizagem destinados a jovens.



Discussão sobre desafios durante o Dia de Diálogo, conduzida pela coliderança Maurem Alves

2.2 Principais desafios organizados em seis temas

Após dois dias de visitas intensivas a campo e das discussões realizadas nos grupos de trabalho foram sistematizados os principais desafios locais e estruturais relacionados à restauração de ecossistemas no sul da Bahia e, de forma mais ampla, no contexto brasileiro, organizando-os em seis temas centrais. Embora a região apresente elevada capacidade biofísica e conte com coalizões multissetoriais já consolidadas, a ampliação da escala das iniciativas de restauração ainda depende da superação de um conjunto complexo de desafios regulatórios, socioeconômicos e técnicos. Os seis temas identificados representam as principais “linhas de fratura” (*fracture lines*) do atual contexto da restauração de paisagens, evidenciando áreas nas quais as estratégias do setor privado, os direitos das comunidades e as políticas públicas precisam alcançar maior alinhamento para que os esforços de restauração possam ser ampliados de forma efetiva.

2.2.1 Implementação e aplicação da legislação

A implementação efetiva da legislação ambiental, transformando seus objetivos em ações concretas, ainda é fortemente limitada por entraves administrativos e pela aplicação fragmentada dos instrumentos legais, o que retarda a ampliação das iniciativas de restauração para diferentes atores. Em âmbito estadual, quem possui imóveis rurais enfrenta processos de licenciamento ambiental complexos e altamente burocráticos, além de longos períodos de espera nos cadastros ambientais, como o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis

Rurais (CEFIR). Esses entraves administrativos reduzem a previsibilidade necessária para investimentos e compromissos assumidos pelo setor privado e dificultam o cumprimento dos prazos de regularização exigidos dos imóveis rurais de pequeno porte. Além disso, os instrumentos legais nem sempre conseguem impedir o parcelamento irregular de terras e as transações de caráter especulativo, mesmo diante da existência de mecanismos de proteção previstos em normas como a Lei da Mata Atlântica, de 2006, reduzindo a efetividade dos esforços de restauração em larga escala.

Esses entraves em âmbito estadual são agravados por uma lacuna regulatória relacionada à colheita comercial de florestas nativas implantadas para fins de restauração. Sistemas federais de controle, como os administrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ainda não dispõem de procedimentos administrativos padronizados para o registro e a autorização da exploração de madeira proveniente de espécies nativas plantadas, uma vez que esse tipo de atividade possui poucos precedentes no país. Essa lacuna operacional faz com que empresas que investem em modelos inovadores de restauração precisem desenvolver seus próprios mecanismos de conformidade regulatória, aumentando os riscos associados ao cumprimento da legislação e reduzindo o interesse de novos investimentos do setor privado, especialmente à medida que essas iniciativas ampliam sua escala de atuação. Além disso, áreas públicas destinadas à conservação, como as zonas de entorno do Parque Nacional do Pau Brasil, permanecem vulneráveis à exploração ilegal de madeira e à extração clandestina de espécies madeireiras de alto valor, como o Paraju e o Pau-Brasil, em razão da ausência de inventários florestais institucionalizados e de parcerias locais voltadas ao fortalecimento da fiscalização e da aplicação da legislação.

2.2.2 Inclusão e engajamento de diferentes partes interessadas

Promover uma integração efetiva entre as diferentes partes interessadas continua sendo um desafio em uma paisagem marcada por conflitos históricos relacionados ao uso e à posse da terra, bem como por profundas desigualdades socioeconômicas. Nesse contexto convivem Povos Indígenas, comunidades quilombolas, moradores tradicionais (nativos) e migrantes mais recentes, grupos que possuem trajetórias, vínculos e reivindicações distintas sobre o território. Muitos deles ainda não dispõem de direitos fundiários formalmente reconhecidos, enquanto grande parte da paisagem encontra-se titulada em nome de grandes empresas e propriedades privadas¹⁴. O processo de diálogo entre empresas e comunidades têm possibilitado avanços importantes (por exemplo MST e Suzano), um exemplo disso é a destinação de imóveis pelas empresas para aquisição pelo INCRA com foco na implementação da Política Nacional de Reforma Agrária. Este avanço, decorrentes da articulação tripartite prevista no acordo mitigador de conflitos fundiários entre empresas, poder público (Estadual e Federal) e movimentos sociais, ao mesmo tempo que tem grande potencial de transformação da realidade, convive com o desafio da gestão de expectativas das famílias beneficiárias durante os longos processos burocráticos decorrentes da implementação deste tipo de política pública. Um risco é que populações sem-terra e marginalizadas sejam vistas como “monitoras” de projetos ou como beneficiárias passivas, em vez de parceiras ativas na restauração da paisagem.

14 Colleen M Scanlan Lyons, 2022, *Running After Paradise: Hope, Survival and Activism in Brazil's Atlantic Forest*, University of Arizona Press, Tucson

Outro aspecto destacado pelo grupo é o risco de que populações em situação de vulnerabilidade, como famílias sem terra e outros grupos marginalizados, sejam tratadas apenas como monitoras dos projetos ou beneficiárias passivas das ações de restauração, em vez de serem reconhecidas como parceiras ativas e com participação equitativa na construção e nos benefícios das iniciativas de restauração da paisagem.

2.2.3 Esforços fragmentados e fluxo insuficiente de informações

O cenário da restauração na região ainda é marcado pela ausência de coordenação centralizada, de mecanismos eficazes de compartilhamento de informações e de bases de dados padronizadas. Embora empresas pioneiras utilizem tecnologias avançadas, como ferramentas de inteligência artificial integradas ao mapeamento de solos, monitoramento por satélite e clonagem de árvores selecionadas, esses dados permanecem, em grande parte, restritos aos acervos e sistemas internos de cada organização. Ao mesmo tempo, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil dispõem de infraestrutura para armazenar e disponibilizar informações, mas ainda há limitada articulação e intercâmbio entre essas diferentes bases de dados. Além disso, persistem lacunas de informação em diversas etapas das iniciativas de restauração de ecossistemas, em diferentes escalas de implementação. Outro desafio é a inexistência de um inventário regional compartilhado e transparente para o rastreamento de sementes nativas e a certificação de viveiros, o que gera gargalos na oferta local e obriga os responsáveis pelos projetos a buscar alternativas para atender à elevada demanda por mudas de espécies nativas raras ou de difícil obtenção.

Essa fragmentação das informações também se reflete na implementação das ações em campo, onde falhas de comunicação entre as equipes responsáveis pelos projetos, os órgãos ambientais estaduais e quem possui áreas vizinhas comprometem a conectividade da paisagem em escala regional. Um exemplo citado durante o diálogo refere-se às primeiras tentativas da Suzano de implantar corredores ecológicos, cuja concepção inicial previa faixas com 500 metros de largura. Com o avanço das atividades e o aprofundamento do conhecimento sobre a dinâmica local, a metodologia foi aprimorada para adotar uma abordagem mais flexível e adaptada às características de cada território, priorizando a conexão funcional entre fragmentos de vegetação nativa e áreas em restauração. Esse aprendizado pode ser potencializado por plataformas de compartilhamento de conhecimento para disseminar as lições aprendidas.

2.2.4 Restrições financeiras

A restauração de ecossistemas em escala de paisagem no sul da Bahia é limitada pelos elevados custos iniciais de implantação e pela escassez de mecanismos de financiamento acessíveis para atores que não pertencem ao setor corporativo. Em projetos de restauração com plantios mistos de espécies nativas em alta densidade, como a iniciativa desenvolvida em parceria entre a Mastercard e a Conservation International, os custos de implementação podem superar significativamente os valores inicialmente previstos, em razão das despesas acumuladas com mão de obra especializada, seguros de vida para as equipes, veículos, infraestrutura de manutenção de longo prazo e monitoramento. No caso da silvicultura comercial com espécies nativas, o longo período necessário para o retorno financeiro de espécies madeireiras de crescimento lento faz com que esses empreendimentos permaneçam fortemente dependentes de investimentos de

grandes empresas, como o Apple Restore Fund, ou de financiamentos públicos de grande porte, como os disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para viabilizar sua implantação até que alcancem escala suficiente para gerar retorno econômico. Como consequência, permanece uma expressiva lacuna de financiamento para iniciativas independentes de médio porte que buscam integrar-se a esse modelo de expansão da restauração.

Essa estrutura de financiamento gera importantes desigualdades para os pequenos imóveis rurais e os assentamentos da reforma agrária, que, em geral, não dispõem do capital necessário para sustentar os custos associados aos primeiros anos de implantação de projetos de restauração biodiversa. Diferentemente das grandes empresas, que conseguem compensar parte dos investimentos em florestas nativas por meio de sistemas integrados com espécies comerciais, como o eucalipto, a agricultura familiar de pequeno porte raramente possui os recursos financeiros ou a capacidade técnica necessários para implantar e manter sistemas produtivos com múltiplas espécies. Além disso, embora a precificação dos mercados regulados de carbono, represente uma perspectiva mais favorável para a viabilidade econômica desses projetos, quem possui imóveis rurais de pequeno porte muitas vezes ainda não dispõe da regularização fundiária nem da capacidade jurídica exigidas para acessar esses mecanismos internacionais de financiamento voltados à economia verde.

2.2.5 Qualidade da restauração e monitoramento

A manutenção da qualidade ecológica de longo prazo das iniciativas de restauração é fortemente comprometida por desafios biofísicos e pela tendência de priorizar indicadores simplificados de desempenho em detrimento de métricas mais abrangentes relacionadas à biodiversidade. Áreas anteriormente ocupadas por plantações florestais ou pela pecuária apresentam elevada suscetibilidade à invasão de espécies exóticas agressivas, como gramíneas do gênero *Brachiaria* e samambaias invasoras de grande porte, que rapidamente formam um sub-bosque denso e sombreado. Quando as atividades de manutenção são adiadas, essas espécies pioneiras invasoras passam a competir intensamente com as mudas nativas, impedindo seu desenvolvimento, comprometendo a regeneração natural e criando um gargalo operacional que pode demandar anos de manejo intensivo, com abertura de clareiras e limpeza das áreas para restabelecer condições favoráveis ao crescimento da vegetação nativa. Em situações em que não se utiliza o controle químico por meio de pesticidas, o processo de restabelecimento da vegetação nativa torna-se ainda mais intensivo em mão de obra e mais oneroso, aumentando os custos de implantação e manutenção e reduzindo o potencial de obtenção de resultados ecológicos de maior qualidade nas áreas em restauração.

Além disso, o estabelecimento de sistemas confiáveis de monitoramento em áreas com elevada diversidade de espécies continua sendo um desafio técnico que demanda recursos significativos. Embora protocolos como o do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica (PACTO) ofereçam diretrizes consistentes para a avaliação dos serviços ecossistêmicos, especialmente a partir do sexto e do sétimo ano de implantação, muitos projetos ainda apresentam uma “linha de fratura” centrada exclusivamente

no carbono. Nesses casos, indicadores corporativos voltados à contabilização do carbono priorizam curvas rápidas de sequestro, em detrimento de aspectos como a diversidade estrutural da floresta, a saúde do solo e a conservação dos recursos hídricos.

A ênfase no rápido fechamento do dossel também favorece a utilização recorrente de um número reduzido de espécies nativas de fácil obtenção, o que pode ocultar riscos relacionados à diversidade genética das populações restauradas. Como a fragmentação florestal reduz a variabilidade genética das populações naturais utilizadas como fonte de sementes, as equipes de campo frequentemente precisam recorrer a práticas pouco desejáveis, como a escalada de árvores para coletar sementes de matrizes geneticamente mais adequadas ou, em algumas situações, ao uso de sementes mais facilmente disponíveis, porém de procedência ou composição menos apropriadas para os objetivos da restauração. Esses desafios evidenciam a dificuldade de manter a integridade genética das áreas restauradas na ausência de sistemas padronizados de monitoramento e acompanhamento em escala regional.

Em áreas de elevada declividade, citou-se que o principal gargalo operacional não é necessariamente a etapa de plantio ou semeadura, e sim o preparo de solo que a antecede. É essa etapa que hoje pode concentrar os maiores custos e limitações de mecanização, precisamente porque as áreas declivosas coincidem com boa parte do passivo de APP de mais difícil acesso. A qualidade da restauração, e seus índices de mortalidade relacionados, pode estar fortemente relacionado com as decisões técnicas de implantação sem considerar as características de solo do local, o que pode aumentar significativamente os custos de manutenção pós-plantio para realização de replantio e controle de invasoras, por exemplo. A falta de adaptação dos métodos empregados para restauração à realidade em campo de cada área (muitas vezes para atender requisitos rígidos de editais/contratos) pode levar à baixa qualidade da restauração, visto que desconsidera características edáficas e não há flexibilidade para adequar seus protocolos às condições locais.



Exercício de classificação de desafios durante o Dia de Diálogo

2.2.6 Valorização da natureza

Um dos principais obstáculos para ampliar a recuperação ambiental em escala regional é a dificuldade histórica dos mercados, tanto nacionais quanto internacionais, em atribuir valor econômico adequado aos serviços ecossistêmicos que vão além do carbono. Durante décadas, os múltiplos benefícios proporcionados pelas florestas nativas foram tratados como externalidades econômicas, sem mecanismos capazes de reconhecer e remunerar esses benefícios. Na ausência de uma estrutura de mercado consolidada e confiável que remunere proprietários rurais pelos serviços ecossistêmicos gerados em suas áreas, a conservação e a restauração de florestas nativas enfrentam dificuldades para competir economicamente com usos da terra de maior retorno financeiro no curto prazo, como a pecuária intensiva, o cultivo de pimenta e os monocultivos de eucalipto. Embora novas iniciativas, como o Nature Framework da Verra, busquem reduzir essa lacuna por meio da remuneração de ganhos comprovados em biodiversidade e na qualidade dos habitats, esses mecanismos voluntários de crédito ainda representam um mercado incipiente e estruturalmente menos desenvolvido do que os mercados de carbono.

Esse desafio é agravado pela compreensão ainda limitada, tanto no setor empresarial quanto no âmbito das políticas públicas, sobre a profundidade e a complexidade da dependência das atividades econômicas em relação ao capital natural. Muitos atores econômicos subestimam o quanto suas operações dependem de serviços ecossistêmicos, como a regulação hídrica, a fertilidade do solo, a polinização, a estabilidade climática e o controle da erosão. Esses serviços, fornecidos por ecossistemas íntegros e biodiversos, constituem uma infraestrutura natural essencial para a produtividade agrícola, a estabilidade das cadeias de suprimento e a resiliência dos ativos no longo prazo. No entanto, por se tratarem de benefícios difusos, com relações complexas e de difícil quantificação econômica, eles ainda são pouco incorporados aos processos de tomada de decisão das empresas, às avaliações de risco e aos modelos de valoração econômica.

2.3 Soluções para enfrentar os principais desafios

Os seis desafios apresentados anteriormente serviram de base para as duas sessões seguintes do diálogo, dedicadas à identificação de soluções e oportunidades. Cada desafio foi conduzido por uma coliderança (*Co-Chair*) e um relator, que registraram as contribuições dos grupos ao longo de seis rodadas de discussão sobre possíveis estratégias para enfrentar os desafios identificados. Todas as pessoas participantes passaram por cada uma das estações temáticas em sistema de rodízio, permitindo que cada grupo ampliasse e complementasse as contribuições registradas pelos grupos anteriores. Em cada rodada, parte do tempo também foi dedicada à leitura e revisão das propostas já apresentadas, favorecendo sua consolidação e aprimoramento. Essa dinâmica foi concebida com o objetivo de construir um conjunto abrangente e o mais completo possível de soluções potenciais, independentemente de sua viabilidade imediata ou do grau de prioridade atribuído a cada uma. A seguir, são apresentados os principais temas de oportunidades identificados a partir da sistematização das contribuições reunidas em todas as sessões.

2.3.1 Implementação e aplicação da legislação

As discussões sobre o desafio considerado prioritário pelo grupo resultaram na identificação de cinco principais frentes de oportunidade: (1) *fortalecer a implementação e o cumprimento da legislação fundiária e ambiental*; (2) *ampliar o engajamento dos grandes proprietários de terra*; (3) *enfrentar os problemas relacionados à regularização fundiária*; (4) *simplificar procedimentos burocráticos e aperfeiçoar definições regulatórias*; e (5) *fortalecer os mecanismos de responsabilização de atores que descumprem a legislação*. O fortalecimento da atuação dos governos locais foi apontado como uma oportunidade para ampliar a capacidade de fiscalização, mobilização institucional e responsabilização em casos de crimes ambientais. A adoção de mecanismos de coordenação, como forças-tarefa e outras formas de atuação integrada em âmbito municipal, pode contribuir para o sucesso das iniciativas de conformidade ambiental. Da mesma forma, a replicação desses modelos em diferentes níveis de governança, combinando incentivos e sanções, foi considerada uma estratégia capaz de reduzir significativamente os índices de não conformidade. Os grandes proprietários rurais também foram reconhecidos como atores estratégicos para ampliar a restauração de ecossistemas em escala. A sensibilização desse público quanto aos riscos sistêmicos decorrentes do descumprimento da legislação, incluindo insegurança hídrica, penalidades regulatórias e perdas econômicas de longo prazo, pode favorecer maior adesão aos mecanismos de regularização e fortalecer o apoio às instituições responsáveis por sua implementação.

Outro ponto amplamente discutido foi a necessidade de enfrentar a atual complexidade da regularização fundiária, considerada um dos principais entraves à expansão da restauração. Ao mesmo tempo, sua resolução representa uma oportunidade para acelerar as iniciativas de restauração, ampliar a repartição de benefícios e fortalecer os meios de vida das comunidades locais. Nesse contexto, destacou-se a importância de priorizar e acelerar os processos de regularização fundiária e de reconhecimento territorial de Povos Indígenas, comunidades quilombolas, populações tradicionais (nativos) e beneficiários da reforma agrária, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), proporcionando uma base mais segura para a restauração da paisagem. O grupo também destacou que a própria estrutura regulatória representa um fator que dificulta a ampliação das iniciativas de restauração. Como oportunidade, foi sugerida a simplificação de definições, critérios e procedimentos relacionados aos projetos de restauração, inclusive no âmbito de instrumentos como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Também foi ressaltada a necessidade de revisar o conceito de adicionalidade, de modo que iniciativas voltadas ao cumprimento da legislação ambiental possam ser reconhecidas e recompensadas, ainda que essa mudança envolva desafios regulatórios mais complexos.

Por fim, enfatizou-se que um dos principais desafios de governança consiste em assegurar a responsabilização efetiva de atores que descumprem a legislação. Entre as oportunidades apontadas estão o aumento das penalidades financeiras, tornando o cumprimento da legislação economicamente mais vantajoso do que o pagamento de multas, e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização. Também foi discutida a possibilidade de vincular o acesso aos mercados internacionais à comprovação de conformidade legal, estimulando compradores ao longo das cadeias produtivas a exigir maior transparência. De forma complementar, destacou-se que bancos multilaterais de desenvolvimento (*Multilateral Development Banks* – MDBs) podem contribuir para esse processo ao condicionar o acesso

a financiamentos ao cumprimento comprovado da legislação ambiental. Entre as oportunidades, vale destacar iniciativas — além daquelas que foram visitadas — que envolvem parcerias entre organizações para apoiar a regularização ambiental em nível de paisagem.

2.3.2 Inclusão e engajamento de diferentes partes interessadas

As discussões identificaram cinco principais oportunidades para promover uma participação mais inclusiva e fortalecer a liderança comunitária nas iniciativas de restauração: *(1) incentivar processos de restauração liderados pelas próprias comunidades; (2) ampliar o protagonismo de mulheres e jovens; (3) valorizar os conhecimentos locais e ancestrais; (4) assegurar remuneração justa para o trabalho em restauração; e (5) desenvolver estratégias de comunicação adaptadas aos diferentes contextos locais.* A primeira oportunidade consiste em transferir gradualmente o protagonismo das iniciativas de restauração de organizações externas para as comunidades locais, de modo que os projetos passem a refletir seus próprios objetivos e prioridades, e não apenas aqueles definidos por instituições parceiras. Para isso, destacou-se a importância de investir na formação de lideranças locais e no fortalecimento de capacidades técnicas nas comunidades.



Sessão em grupo para elaborar uma lista abrangente de soluções com base nos desafios identificados, conduzida pela coliderança Erica Munaro

Mulheres e jovens também foram apontados como grupos com elevado potencial de participação, mas que ainda permanecem sub-representados nas iniciativas de restauração. O fortalecimento

desse protagonismo depende da criação de mecanismos específicos de financiamento, da ampliação do acesso a editais e do apoio a iniciativas voltadas a esses públicos. Experiências bem-sucedidas na região, como o programa “Minha Árvore, Minha Vida”, foram mencionadas como exemplos do potencial dessas estratégias. Outra oportunidade refere-se à valorização dos conhecimentos locais e ancestrais, em especial dos conhecimentos ecológicos tradicionais (Traditional Ecological Knowledge – TEK), considerados fundamentais para o planejamento e a implementação da restauração. O apoio a coletores de sementes, viveiros de espécies nativas e redes de produção e distribuição de mudas foi apontado como uma forma concreta de integrar esses conhecimentos às ações de restauração. As pessoas participantes também destacaram que a garantia de remuneração justa é essencial para consolidar a restauração como uma atividade profissional atrativa e sustentável, evitando relações de trabalho marcadas pela exploração. A oferta de salários equivalentes ou superiores aos praticados em outras atividades rurais da região pode ampliar a competitividade do setor e atrair profissionais qualificados para as iniciativas de restauração. Por fim, ressaltou-se que uma comunicação adaptada às realidades locais constitui um elemento central para o sucesso dos projetos. Nesse sentido, recomenda-se que as ações de comunicação enfatizem os benefícios da restauração para o bem-estar das comunidades e para seus meios de vida, utilizando canais e lideranças locais de confiança (como lideranças religiosas, representantes comunitários e outras figuras de referência) para fortalecer o diálogo e o engajamento das populações envolvidas.



Sessão em grupo para elaborar uma lista abrangente de soluções com base nos desafios identificados, conduzida pela coliderança Cécile Ndjebet

2.3.3 Esforços fragmentados e fluxo insuficiente de informações

A fragmentação das iniciativas e a limitada circulação de informações foram destacadas, pois reduzem a

efetividade dos esforços para ampliar a restauração. Nesse contexto, foram identificadas quatro principais oportunidades: *(1) consolidar referenciais e estruturas internacionais; (2) integrar plataformas nacionais e locais; (3) fortalecer a comunicação científica; e (4) ampliar a oferta de capacitações padronizadas e acessíveis*. Foi observado que a crescente multiplicidade de conferências e fóruns internacionais, especialmente no âmbito das Conferências das Partes (COPs), tem provocado uma espécie de “fadiga das COPs”, dificultando a participação de organizações menores e reduzindo seu engajamento em processos de padronização considerados relevantes. Como alternativa, discutiu-se a possibilidade de integrar eventos e iniciativas internacionais com objetivos semelhantes ou utilizar estruturas unificadoras, como o Nature Pledge, do Panamá, para simplificar a cooperação internacional e reduzir sobreposições. Em âmbito nacional e regional, também foi apontada a necessidade de integrar plataformas de comunicação e compartilhamento de informações por meio de centros de coordenação ou plataformas comuns, como a PELA e as Unity Dialogue Platforms, reduzindo a fragmentação de dados atualmente dispersos entre organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e órgãos governamentais.

Outra oportunidade identificada refere-se ao fortalecimento da comunicação científica, tornando os resultados de pesquisas mais acessíveis e passíveis de integração entre diferentes iniciativas. Nesse contexto, destacou-se o potencial do uso da inteligência artificial para facilitar a tradução e a disseminação do conhecimento científico, ampliando sua compreensão por diferentes públicos e fortalecendo ações de comunicação, divulgação e engajamento da sociedade. Por fim, destaca-se ainda a importância de ampliar programas de capacitação adaptados às diferentes realidades regionais e às especificidades da restauração de ecossistemas. Iniciativas como a Environmental Leadership & Training Initiative (ELTI) e a Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE) foram citadas como exemplos de plataformas capazes de disseminar formação técnica e científica, contribuindo para a padronização de práticas de restauração em consonância com protocolos e referenciais internacionais.

2.3.4 Restrições financeiras

O grupo apontou que a ausência de incentivos de mercado e de mecanismos financeiros adequados continua sendo um dos principais fatores que limitam o engajamento de empresas em iniciativas de restauração de ecossistemas. Para enfrentar esse desafio, foram identificadas cinco principais oportunidades: *(1) revisar políticas e instrumentos do sistema financeiro; (2) diversificar incentivos econômicos; (3) direcionar de forma mais eficiente os recursos de instituições financeiras multilaterais; (4) criar plataformas que aproximem oferta e demanda por projetos de restauração; e (5) fortalecer modelos de economia solidária*. Como primeiro passo, foi ressaltada a importância de ampliar o conhecimento de bancos de desenvolvimento e instituições financeiras comerciais sobre os riscos, benefícios e horizontes temporais associados à restauração de ecossistemas. Uma compreensão mais ampla dessas características pode favorecer a criação de mecanismos financeiros mais flexíveis, compatíveis com o tempo necessário para o desenvolvimento dos processos ecológicos, em vez de seguir exclusivamente ciclos financeiros de curto prazo. Também foi apontada como oportunidade a adoção de incentivos econômicos específicos, incluindo benefícios fiscais, isenções tributárias e subsídios governamentais voltados às iniciativas de restauração. Da mesma forma, a ampliação de

mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e de mercados de créditos que valorizem explicitamente benefícios relacionados à biodiversidade e aos recursos hídricos, e não apenas ao carbono, foi considerada uma estratégia capaz de ampliar a atratividade econômica desses projetos.

Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Multilateral Development Banks – MDBs) também foram reconhecidos como atores estratégicos, especialmente por sua capacidade de direcionar recursos diretamente aos responsáveis pela implementação dos projetos, reduzindo parte da burocracia normalmente associada aos mecanismos tradicionais de financiamento. Em razão da fragmentação existente entre a oferta e demanda por iniciativas de restauração, foi sugerida a criação de uma plataforma, descrita durante o diálogo como um “Tinder para a restauração”, destinada a conectar empresas interessadas em cumprir metas de descarbonização ou de conformidade ambiental a projetos locais de restauração. Por fim, destacou-se a importância de fortalecer cooperativas regionais e modelos de organização coletiva, bem como estratégias de marca compartilhada, como aquelas desenvolvidas pela Gaya Education. Essas iniciativas podem ampliar o poder de negociação dos pequenos produtores, além de viabilizar estruturas compartilhadas de gestão, contabilidade e comercialização, contribuindo para aumentar a viabilidade financeira dos projetos de restauração.

2.3.5 Qualidade da restauração e monitoramento

Os padrões de monitoramento e a qualidade da restauração também estiveram entre os temas considerados prioritários durante o diálogo. Na sessão dedicada à identificação de oportunidades, foram destacados cinco eixos principais: *(1) otimizar o planejamento da oferta e da demanda, (2) padronizar métricas de forma transparente, (3) priorizar a regeneração natural, (4) planejar paisagens multifuncionais e (5) promover a inovação em práticas técnicas. Uma das oportunidades apontadas consiste em alinhar o planejamento detalhado dos projetos à capacidade de produção dos viveiros e aos calendários de coleta de sementes, evitando a escassez localizada de material propagativo de espécies nativas.* Também foi destacada a importância de utilizar plataformas de monitoramento já consolidadas, como a Forest Ecosystem Restoration Monitoring (FERM), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Observatório da Restauração, o RECOOPERAR, do IBAMA, e o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, como repositórios de dados ambientais de acesso aberto e compartilhados entre diferentes instituições, contribuindo para aprimorar a qualidade do monitoramento. Também ressaltou-se a importância de priorizar a Regeneração Natural Assistida (RNA), sempre que as condições da área permitirem, em substituição a plantios intensivos, favorecendo processos de restauração mais alinhados à dinâmica natural dos ecossistemas de referência.

Outra oportunidade identificada consiste em planejar projetos de restauração capazes de fortalecer diferentes atividades econômicas locais, incorporando produtos florestais não madeireiros (PFNMs) e sistemas agroflorestais diversificados que utilizem múltiplas espécies nativas, incluindo espécies medicinais. Essa abordagem pode ampliar as fontes de renda das comunidades e, ao mesmo tempo, contribuir para melhorar a qualidade ecológica das áreas restauradas. Por fim, destacou-se a adoção de tecnologias de monitoramento e implementação mais eficientes e de menor custo, como o uso de visão computacional,

sensoriamento multiespectral e/ou LiDAR para avaliação da estrutura florestal, e de equipamentos adaptados ao preparo do solo e plantio em terrenos com elevada declividade. Essas soluções podem substituir métodos e ferramentas de medição e operação considerados pouco eficientes ou tecnologicamente defasados, aumentando a eficiência das ações de restauração. Uma maior ênfase no planejamento das atividades pode também melhorar a qualidade da restauração, incluindo o diagnóstico prévio de viabilidade de sítio, combinando dados geoespaciais, modelagem preditiva e análise de shapefiles como etapa anterior à decisão de intervenção.

2.3.6 Valoração da natureza

As discussões identificaram três principais oportunidades para fortalecer os processos de certificação e de valoração ambiental: *(1) democratizar os mecanismos de certificação, (2) valorizar os ativos provenientes da biodiversidade nativa e (3) evitar a adoção de métricas padronizadas de forma excessivamente uniforme.* A democratização da certificação pode ser promovida por meio da ampliação do acesso de pequenos produtores rurais aos processos de certificação de terras e produtos, tornando-os mais acessíveis técnica e financeiramente. Nesse contexto, destacou-se o potencial de modelos mais flexíveis e participativos, como os Sistemas Participativos de Garantia (SPG), que permitem processos de verificação baseados na participação das próprias comunidades. Outra oportunidade consiste em identificar, mapear e proteger legalmente os atributos químicos, medicinais e outros usos associados à flora nativa, incorporando esses ativos às políticas públicas e aos instrumentos regulatórios, como normas relacionadas à agricultura e ao uso de fertilizantes. Essa integração pode ampliar o reconhecimento do valor da vegetação nativa e fortalecer os benefícios gerados pelas iniciativas de restauração. Foi ressaltada também a importância de evitar a adoção de padrões globais rígidos e uniformes para avaliação dos projetos. Em vez disso, foi defendido que os indicadores e métricas permaneçam flexíveis e sejam adaptados às características sociais, econômicas e ecológicas de cada território. Essa abordagem foi considerada uma oportunidade para ampliar a efetividade e o potencial de expansão das iniciativas de restauração na Bahia.

2.3.7 Próximos passos para as oportunidades

As discussões sobre oportunidades foram concluídas nesta etapa do diálogo, sem que houvesse uma avaliação da viabilidade das propostas, um processo de priorização entre as soluções identificadas ou um aprofundamento sobre caminhos específicos para sua implementação. Assim, esta seção constitui uma lista abrangente de possibilidades levantadas pelo grupo, destinada a subsidiar discussões e ações futuras. Também não houve debate sobre a operacionalização das propostas apresentadas, nem foram estabelecidos acordos formais entre as partes para implementação das soluções ou iniciativas discutidas. Como próximos passos, as pessoas participantes destacaram a importância de avançar na priorização das oportunidades identificadas e na definição de ações concretas capazes de promover mudanças duradouras e ampliar os resultados da restauração de ecossistemas na região.

III. CONCLUSÃO

3.1 Reflexões sobre as principais linhas de fratura da iniciativa

O papel da restauração florestal orientada por objetivos econômicos na ampliação de modelos produtivos

O diálogo evidenciou que a restauração florestal orientada por objetivos econômicos e as iniciativas de restauração com finalidade produtiva constituem componentes importantes para alcançar as metas globais de restauração. A integração entre produção florestal e restauração, exemplificada pelo modelo desenvolvido pela Symbiosis, foi apresentada como uma referência de como a atividade empresarial pode contribuir para a recuperação ecológica. Ao mesmo tempo, permaneceram questionamentos sobre como ampliar esses modelos de forma adequada e adaptá-los a diferentes contextos do setor de plantações florestais. Apesar dessas incertezas, reconheceu-se que existe um movimento consistente em torno desse tipo de iniciativa. A utilização da silvicultura comercial, aliada à infraestrutura existente para produção de mudas, colheita de madeira e processamento em serrarias, foi apontada como um mecanismo pragmático para financiar e sustentar a restauração em uma escala dificilmente alcançável apenas por meio de recursos provenientes de filantropia corporativa ou de orçamentos destinados a ações de marketing. Enfatizou-se, ainda, que os sistemas agroflorestais podem desempenhar um papel relevante na ampliação da restauração, especialmente em territórios ocupados por grupos que dependem diretamente dos recursos florestais. No entanto, por se tratar de um modelo que demanda elevados investimentos em mão de obra e custos de implantação, ressaltou-se a necessidade de desenvolver novos mecanismos de financiamento capazes de estimular sua adoção em maior escala.

Navegando pelos desafios do financiamento climático e baseado em carbono

Ao longo das discussões sobre os mecanismos de financiamento, os desafios e as oportunidades associados aos instrumentos voltados ao clima e ao carbono ocuparam posição de destaque. O grupo reforçou que o marco regulatório brasileiro demonstra como instrumentos legais podem incentivar a incorporação de benefícios ecológicos que vão além do carbono, incluindo a conservação da biodiversidade e a segurança hídrica, no contexto das iniciativas de restauração de ecossistemas. Ao mesmo tempo, consolidou-se o entendimento de que o financiamento baseado em carbono representa apenas um dos componentes necessários para viabilizar a restauração em larga escala. Mesmo em um cenário de aperfeiçoamento dos mercados de carbono, a remuneração proveniente exclusivamente desse mecanismo não seria suficiente para tornar economicamente viáveis projetos de grande escala. Dessa forma, foi destacada a necessidade de adotar uma abordagem que combine diferentes fontes de receita, integrando créditos de carbono, produção sustentável de madeira, sistemas agroflorestais e incentivos públicos, de modo a construir modelos financeiros capazes de sustentar a restauração de ecossistemas no longo prazo.

Equilibrando restauração, conservação e combate ao desmatamento

Outro tema amplamente debatido durante o diálogo foi a necessidade de equilibrar os incentivos à restauração com a conservação dos remanescentes naturais e o combate ao desmatamento e à conversão do uso da terra. O grupo destacou que, em regiões marcadas por maior vulnerabilidade econômica, iniciativas voltadas exclusivamente à conservação enfrentam dificuldades para se consolidar, uma

vez que, em muitos casos, não geram retorno financeiro imediato para as comunidades locais. Essa realidade contrasta com a necessidade de criação de oportunidades de geração de renda, tornando a restauração um importante mecanismo para conciliar inclusão social e recuperação ecológica.

Também foi ressaltado que essa integração entre objetivos econômicos e ambientais pode favorecer a continuidade das iniciativas de restauração no longo prazo. Embora a conservação tradicional esteja fundamentada na manutenção permanente dos ecossistemas naturais, as pessoas participantes reconheceram que sua implementação enfrenta desafios recorrentes relacionados ao cumprimento das normas e à fiscalização. Nesse contexto, a restauração foi apontada como uma estratégia complementar, capaz de estimular empresas do setor florestal a adotar práticas responsáveis de manejo nas áreas já destinadas à produção. Para que conservação, restauração e produção coexistam de forma equilibrada, destacou-se a necessidade de assegurar que as iniciativas de restauração não sejam utilizadas para compensar o desmatamento ou a perda de floresta nativa.

Equilibrando estruturas de governança de cima para baixo e de baixo para cima

A ampliação das iniciativas de restauração exige lidar com uma tensão constante entre estruturas regulatórias formuladas de cima para baixo (top-down) e abordagens conduzidas pelas próprias comunidades (bottom-up). Diversas recomendações apresentadas durante o diálogo destacaram a necessidade de simplificar os instrumentos regulatórios, tornando-os mais claros, compatíveis entre si e de fácil adoção pelos diferentes atores envolvidos. Essa simplificação permite que comunidades locais e gestores territoriais compreendam com maior facilidade quais elementos desses instrumentos são mais adequados às suas realidades. Para isso, destacou-se que os marcos gerais de governança precisam incorporar flexibilidade suficiente para acomodar as diferentes condições ambientais e sociais dos territórios.

O diálogo também evidenciou que a governança local representa uma importante oportunidade para fortalecer o cumprimento da legislação e as iniciativas de restauração, promovendo maior senso de pertencimento das comunidades e estimulando mecanismos de responsabilidade compartilhada entre os atores locais. Ao mesmo tempo, reconheceu-se que instrumentos de governança de âmbito nacional e internacional também desempenham um papel relevante, especialmente por meio da atuação dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (Multilateral Development Banks, MDBs), que podem contribuir para reestruturar os mecanismos de financiamento da restauração e reduzir os riscos associados aos investimentos. De forma geral, foram identificadas oportunidades capazes de equilibrar essas diferentes escalas de governança, combinando a capacidade institucional e financeira de organizações nacionais e internacionais com modelos flexíveis de implementação adaptados às necessidades e características de cada território.

Metas centradas nas pessoas e verificação confiável dos resultados

Por fim, o diálogo abordou a necessidade de conciliar o cumprimento das metas de restauração ecológica

com o atendimento às necessidades sociais e econômicas das populações locais. Destacou-se que esse não representa apenas um desafio operacional, mas um aspecto estrutural da própria agenda de restauração. Nesse sentido, foi ressaltado que os meios de vida das comunidades devem ser considerados desde a concepção dos projetos e incorporados aos objetivos e indicadores utilizados para avaliar seu desempenho. Associada a esse desafio, também foi amplamente discutida a necessidade de estabelecer mecanismos confiáveis para verificar os resultados alcançados pelas iniciativas de restauração. O fato de uma parte significativa do diálogo ter sido dedicada à coleta de dados, aos protocolos de monitoramento e aos padrões de verificação evidencia o entendimento compartilhado entre representantes de diferentes setores de que essas questões constituem alguns dos principais entraves técnicos e institucionais para ampliar a restauração de ecossistemas na Bahia. Reconheceu-se que a identificação desses desafios comuns representa um passo importante para a construção de uma agenda de restauração mais integrada, baseada em mecanismos de verificação consistentes e sustentada por modelos economicamente viáveis.

3.2 Reflexões das Co-lideranças

Para que a restauração avance na velocidade e na escala necessárias, a região deveria evoluir de iniciativas isoladas para uma abordagem integrada, em escala de paisagem. Esse modelo não pode ser conduzido exclusivamente por grandes empresas, devendo integrar de forma efetiva pequenas e médias empresas (PMEs), organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas, Povos Indígenas e comunidades locais, assegurando que os detentores de direitos tenham participação efetiva nos processos de planejamento. A urgência dessa transição é reforçada pela realidade ambiental enfrentada na região. Os avanços obtidos com a restauração poderão ser comprometidos caso não sejam adotadas, de forma simultânea e efetiva, medidas para interromper o desmatamento em curso. A proteção, a restauração e a conexão estratégica dos remanescentes desse importante bioma constituem um imperativo ecológico que depende de maior alinhamento institucional, segurança jurídica e responsabilidade compartilhada entre todos os setores envolvidos.

Instituições e conformidade ambiental

Um dos principais obstáculos para ampliar as iniciativas de restauração é a lentidão dos processos de regularização e conformidade ambiental. Os órgãos ambientais estaduais e municipais enfrentam limitações significativas de capacidade para analisar processos, acompanhar o cumprimento da legislação e fiscalizar sua aplicação. Esses entraves burocráticos reduzem o ritmo de implementação das iniciativas e geram insegurança jurídica para as diferentes partes envolvidas. Esse cenário é agravado pela ausência de incentivos econômicos efetivos, como programas estruturados de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), incentivos fiscais e mecanismos específicos de financiamento. A escassez desses instrumentos reduz a disposição e a capacidade financeira de quem possui imóveis rurais para investir na recuperação de áreas degradadas.

Além disso, foi destacada uma tensão estrutural entre o setor de restauração e outros usos da terra, como a pecuária e a agricultura intensiva. Na percepção compartilhada durante o diálogo, esses setores frequentemente não estão sujeitos ao mesmo nível de exigência ou de fiscalização quanto ao cumprimento

da legislação relacionada à proteção de áreas protegidas e de reservas legais. Essa assimetria cria condições desiguais de competitividade econômica e dificulta a construção de parcerias entre diferentes setores, fundamentais para viabilizar iniciativas de restauração em escala de paisagem. Para superar esses desafios, ressaltou-se a necessidade de fortalecer a capacidade administrativa e de fiscalização dos governos estaduais e municipais. Também foi apontada a importância de modernizar os marcos de políticas públicas, simplificando os processos de regularização ambiental, promovendo maior padronização dos instrumentos regulatórios e oferecendo a segurança jurídica necessária para estimular a adesão voluntária aos processos de regularização ambiental.

Responsabilidade corporativa e custos

A economia da restauração no sul da Bahia apresenta vulnerabilidades estruturais decorrentes da fragilidade de seus componentes fundamentais, especialmente viveiros, pessoas coletoras de sementes e prestadores de serviços especializados. Essas partes envolvidas ainda dependem, em grande medida, de recursos provenientes de projetos de curta duração. Essa dependência gera ciclos econômicos marcados por períodos de elevada disponibilidade de investimentos, seguidos por fases de escassez de recursos. Essas oscilações comprometem a continuidade das operações em campo, fragilizam as cadeias locais de suprimento e podem resultar na perda permanente de mão de obra qualificada e de empresas especializadas. Para romper esse ciclo, destacou-se a importância de compromissos de longo prazo por parte do setor privado. Iniciativas contínuas, como o compromisso da Suzano de conectar 500 mil ha de fragmentos florestais prioritários para conservação da biodiversidade até 2030, oferecem a previsibilidade necessária para fortalecer a cadeia de suprimentos, reduzir a volatilidade do mercado e contribuir para a consolidação de uma economia da restauração mais resiliente.

Para além da responsabilidade das empresas, o diálogo evidenciou que os elevados custos associados às metas globais de restauração não podem ser atendidos exclusivamente por orçamentos corporativos destinados à sustentabilidade, recursos de marketing ou receitas provenientes dos mercados de carbono. Destacou-se que a restauração precisa estar apoiada em modelos de negócios economicamente autossustentáveis. Nesse contexto, a Symbiosis foi apresentada como um exemplo da viabilidade da silvicultura de produção com espécies nativas como atividade econômica principal, integrada a cadeias produtivas complementares, como a produção de mudas e o processamento de madeira em serrarias de maior valor agregado.

Ao mesmo tempo, as observações realizadas durante as visitas de campo indicaram que os modelos adotados pela Symbiosis ainda apresentam uma estrutura mais simplificada do que a observada em florestas naturais e que algumas das espécies utilizadas não são nativas da Bahia, em comparação com outras áreas dedicadas à produção, considerou-se que esse modelo representa um avanço do ponto de vista ecológico. Também foi ressaltado que, nas áreas destinadas à preservação e à conservação da vegetação nativa, como Reservas Legais e áreas destinadas exclusivamente à conservação, o foco deve permanecer na autenticidade ecológica, buscando promover o aumento da biodiversidade sempre que ações de restauração forem necessárias. Outro aspecto considerado relevante refere-se às elevadas

taxas de mortalidade observadas em plantios de restauração em escala de paisagem. Destacou-se a necessidade de ampliar pesquisas, aperfeiçoar os estudos e análises de solo e planejamento prévio à implementação, tecnologias e promover discussões sobre diferentes técnicas que podem ser empregadas e suas aplicações em distintos contextos territoriais, de modo a reduzir a mortalidade das mudas e aumentar a efetividade das iniciativas de restauração.

Também se destacou que, para que novos modelos de negócios estejam alinhados a uma economia circular que contribua efetivamente para a conservação da vida, é necessário que princípios éticos e socioambientais estejam incorporados aos objetivos centrais das organizações, orientando suas estratégias e decisões de longo prazo. Além disso, foi observado que as iniciativas de restauração em áreas públicas, especialmente em unidades de conservação, continuam atraindo investimentos privados motivados pela compensação de emissões de carbono e pelo fortalecimento da imagem institucional das empresas. Entretanto, ressaltou-se que esses mecanismos ainda precisam ser aperfeiçoados e ajustados para que permaneçam atrativos, transparentes e capazes de sustentar a ampliação das iniciativas de restauração no longo prazo.

Inclusão social e conflitos no meio rural

Destacou-se que a restauração não deve ser avaliada apenas pela área recuperada, mas também pela qualidade dos resultados alcançados, pelo respeito aos direitos humanos e pela contribuição para os meios de vida das populações locais. Nesse contexto, foi enfatizado que a promoção de uma inclusão social efetiva depende do enfrentamento do histórico de violência e de conflitos fundiários que ainda caracterizam diversas regiões do Brasil. A gravidade dessa questão foi ilustrada durante a semana de diálogo, quando foi lembrado o assassinato de dois jovens indígenas em 2023, no contexto de um conflito fundiário no Território Indígena Barra Velha do Monte Pascoal — um exemplo das disputas por terra entre comunidades indígenas e proprietários rurais locais na região, sem relação com o setor florestal. Esse episódio reforçou, durante o diálogo, que os avanços na restauração estão diretamente relacionados à capacidade de enfrentar os conflitos territoriais por meio de processos contínuos de diálogo, articulação e construção de soluções. Também foi ressaltado que a regularização fundiária e a segurança da posse da terra constituem condições indispensáveis para iniciativas de restauração conduzidas a partir das comunidades locais. Sem a garantia de seus direitos territoriais, povos indígenas, comunidades tradicionais e beneficiários da reforma agrária encontram dificuldades para participar de forma segura e efetiva da gestão e da restauração dos ecossistemas.

Para a construção de um modelo de restauração mais equitativo, ressaltou-se a necessidade de assegurar a proteção dos direitos das mulheres relacionados ao acesso, ao uso e à gestão da terra. Também foi destacado que as iniciativas de restauração devem reconhecer e incorporar as cosmovisões dos Povos Indígenas, bem como promover o reconhecimento formal de seus territórios. Outro aspecto considerado essencial foi o fortalecimento das salvaguardas sociais, acompanhado do monitoramento sistemático dos impactos e benefícios sociais gerados pelos projetos de restauração. Nesse contexto, enfatizou-se a importância de fortalecer os sistemas produtivos das comunidades em seus próprios territórios,

promovendo ganhos de produtividade em cultivos tradicionais, como cacau, banana e café. Essa estratégia de intensificação sustentável pode contribuir para a geração de renda local e, ao mesmo tempo, reduzir a pressão econômica sobre os remanescentes de vegetação nativa.

Por fim, as pessoas participantes destacaram a necessidade de ampliar os investimentos voltados à geração de renda por meio de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs). Também ressaltaram a importância de fortalecer as capacidades de povos indígenas e comunidades locais (Indigenous Peoples and Local Communities, IPLCs), por meio de ações de capacitação sobre dinâmica da paisagem, metodologias de restauração e os diferentes aspectos relacionados aos mercados de carbono.

Realidades operacionais e parcerias

As visitas de campo reforçaram que avanços significativos em restauração exigem tempo para serem alcançados. Os resultados ecológicos observados atualmente são fruto de iniciativas iniciadas entre 2010 e 2014. Destacou-se que a construção de parcerias baseadas na confiança e o enfrentamento de conflitos socioecológicos historicamente enraizados constituem processos de longo prazo. Essas tensões não desaparecem completamente, mas podem ser geridas de forma contínua, criando condições para que as diferentes partes envolvidas convivam e atuem de maneira construtiva.

As discussões realizadas durante a visita de campo evidenciaram essa realidade operacional no Projeto Corredor de Mata Atlântica da Suzano, inserido dentro da meta de conexão de 500 mil ha. Embora a atuação da empresa tenha sido percebida como abrangente e aberta ao diálogo, as discussões realizadas durante a visita de campo destacaram a importância de mecanismos permanentes de diálogo e governança para fortalecer a participação dos diferentes atores envolvidos na iniciativa. Nesse contexto, foi percebida a relevância de continuar aprimorando espaços de escuta e construção conjunta com as comunidades locais ao longo da implementação das ações.

Também foi destacado que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações da sociedade civil, que se posicionam de forma crítica ao modelo de monoculturas industriais de eucalipto em larga escala, podem considerar que as ações socioambientais promovidas pelas empresas do setor florestal são estruturalmente insuficientes para compensar os impactos decorrentes de seu modelo de negócios mais amplo.

Também ficou evidente que a flexibilidade operacional é fundamental para a implementação de projetos de restauração. O desenho inicial do corredor ecológico foi aprimorado ao longo da implementação para melhor refletir as características e oportunidades de cada local de intervenção, tornando as ações mais efetivas do ponto de vista da conectividade da paisagem e do engajamento dos atores locais. Nesse processo, sistemas agroflorestais e outras alternativas de geração de renda tiveram papel importante ao demonstrar que a restauração pode ser conciliada com benefícios concretos para quem vive e produz no campo, em especial em assentamentos e comunidades rurais. Além disso, as discussões evidenciaram que os entraves burocráticos continuam sendo um dos principais desafios para a implementação desses projetos, especialmente em relação aos complexos processos

legais envolvidos na transferência de terras, uma área em que o Governo Federal permanece como uma instituição essencial, embora os procedimentos ainda sejam lentos. No que se refere à execução das ações pelas comunidades, representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) observaram que, em razão das exigências legais, não realizariam intervenções em áreas protegidas e que já possuem metas próprias de plantio de árvores. Nesse contexto, o projeto do corredor ecológico foi considerado um importante mecanismo para fortalecer e acelerar seus esforços internos de restauração. Também ficou evidente que persistem desafios operacionais, especialmente em relação ao uso de insumos químicos. Foi ressaltada a necessidade de desenvolver alternativas viáveis para atender comunidades que rejeitam o uso de agroquímicos após o plantio inicial das mudas.

Lacunas técnicas

Um dos principais desafios técnicos identificados durante o diálogo é a ausência de dados centralizados e de alta qualidade, o que frequentemente resulta em processos de tomada de decisão pouco fundamentados em evidências em toda a região. As discussões também evidenciaram que os futuros planos de restauração devem estabelecer marcos padronizados e claramente definidos, acompanhados de um monitoramento rigoroso da implementação. Outro ponto conceitual considerado relevante é a inexistência de critérios claros, definidos legal ou cientificamente, para determinar quando uma restauração pode ser considerada concluída. Atualmente, ainda não há consenso em torno da visão da Society for Ecological Restoration (SER) sobre um “continuum da restauração”, o que faz com que os profissionais da área não disponham de uma referência comum para definir o objetivo final dos projetos.

Também foi destacada a importância de reduzir a distância entre as informações produzidas em campo e o acesso público a esses dados. Nesse contexto, o Observatório da Restauração ressaltou que as equipes responsáveis pelas iniciativas de restauração devem compartilhar de forma proativa seus dados com a plataforma, de modo a garantir que essas ações sejam visíveis, verificáveis e reconhecidas. Como perspectiva para os próximos anos, o diálogo apontou a necessidade de ampliar a participação do setor privado nesses sistemas de informação, promovendo a integração de dados corporativos ao Observatório da Restauração e fortalecendo a coordenação entre organizações da sociedade civil e empresas. Por fim, foi sugerido que as diferentes partes envolvidas adotem o protocolo regional padronizado de monitoramento, já desenvolvido pelo Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, para acompanhar os resultados ecológicos de longo prazo, idealmente abrangendo todos os projetos de restauração em uma determinada paisagem. As discussões reforçaram que a expansão das iniciativas deve ser sustentada por evidências empíricas e bases científicas consistentes, evitando decisões fundamentadas em métricas de curto prazo ou em abordagens predominantemente verticalizadas e orientadas pelas prioridades de financiadores. Outro ponto relevante é a consideração das diferentes técnicas empregadas para restauração: enquanto grandes doadores e editais voltados a fomentar a restauração podem focar seus objetivos e métricas de sucesso em números de árvores plantadas, outras técnicas como a semeadura direta fazem parte das técnicas eficazes utilizadas no Brasil e não deveriam ser preteridas.

Próximos passos observados pelas Co-lideranças

- ➔ **Capacidade Institucional e Reforma de Políticas Públicas:** Apresentar as conclusões consensuais do diálogo ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e aos órgãos governamentais competentes, com o objetivo de contribuir para a simplificação dos processos de regularização ambiental e para o reconhecimento formal do valor dos serviços ecossistêmicos.
- ➔ **Articulação em Nível Nacional:** Compartilhar a Síntese das Co-lideranças com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), responsável pela Comissão Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG), instância encarregada de coordenar a implementação, o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PROVEG) e do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG). O objetivo é disseminar os resultados do diálogo no contexto das redes de restauração já existentes nos diferentes biomas brasileiros, como o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, a Aliança pela Restauração na Amazônia, a Araticum, no Cerrado, a Rede Sul de Restauração Ecológica, entre outras. Também foi sugerido avaliar o interesse na realização de um Diálogo Nacional dedicado à implementação, em escala mais ampla, das soluções apresentadas para a restauração de ecossistemas no Brasil.
- ➔ **Mobilização e Coordenação de Redes:** Fortalecer a articulação e ampliar a integração entre as redes de restauração existentes em diferentes biomas, como o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica, e a Sociedade Brasileira de Restauração Ecológica (SOBRE). Outro encaminhamento consiste em incentivar o setor privado a compartilhar dados com o Observatório da Restauração e outras plataformas, promovendo maior transparência sobre projetos, metas e resultados relacionados à restauração.
- ➔ **Desenvolvimento de Conhecimento:** Ampliar de forma significativa a capacidade técnica e operacional em nível local, publicar resultados obtidos em campo e realizar análises rigorosas que permitam extrair lições aplicáveis a partir de experiências anteriores de restauração que não alcançaram os resultados esperados.
- ➔ **Governança Social e Salvaguardas:** Revisar as salvaguardas sociais existentes para a restauração de ecossistemas no Brasil e promover uma melhor compreensão sobre sua aplicação entre os diferentes atores envolvidos. Também foi recomendada a elaboração ou revisão de protocolos para monitorar os impactos sociais locais, bem como a incorporação ativa de mulheres, jovens, Povos Indígenas, conhecimentos tradicionais e diferentes representações comunitárias nos futuros espaços de diálogo, respeitando a decisão de determinadas organizações da sociedade civil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), de permanecerem fora de estruturas institucionais formais.
- ➔ **Desenho Adaptativo:** Assegurar que os futuros processos de planejamento de corredores ecológicos incluam ampla consulta às comunidades e a obtenção do consentimento livre, prévio e informado. Nos casos em que esse consentimento não seja concedido, os traçados dos

corredores deverão ser ajustados de forma flexível, respeitando a autonomia das comunidades envolvidas. Também foi destacado que o aumento do risco de eventos climáticos extremos deve ser considerado em todas as etapas dos projetos de restauração de ecossistemas.

- ➔ **Fluxos Financeiros para Implementadores:** Fortalecer e desenvolver mecanismos financeiros capazes de sustentar o monitoramento de longo prazo, alinhados a protocolos sociais robustos e à redução dos custos de transação, permitindo que uma parcela maior dos recursos financeiros chegue aos atores responsáveis pela implementação das ações de restauração. Avançar na discussão sobre sucesso da restauração baseada em indicadores de resultado, não estritamente focados na realização de atividades meio.

IV. ANEXOS

Anexo A: Lista completa dos desafios identificados (incluindo a votação)

- 1. Implementação e aplicação da legislação:** mecanismos para a restauração de ecossistemas no sistema de fiscalização e cumprimento da legislação da Bahia e do Brasil, incluindo a manutenção de sua efetividade ao longo do tempo.
➔ 21 votos
- 2. Inclusão e engajamento de Povos Indígenas (e comunidades locais, mulheres, jovens e questões de gênero):** inclusão e participação de diferentes atores na definição, gestão e implementação das iniciativas, assegurando resultados equitativos.
➔ 18 votos
- 3. Esforços fragmentados e fluxo insuficiente de informações:** falta de comunicação entre as partes, adoção de padrões distintos, resultados divergentes e projetos que não utilizam de forma eficiente os recursos e esforços disponíveis.
➔ 16 votos
- 4. Restrições de financiamento:** formas de financiamento dos projetos, influência das modalidades e do volume de recursos no desenho das iniciativas e capacidade de manter as ações após o encerramento do financiamento.
➔ 14 votos
- 5. Qualidade da restauração (incluindo monitoramento):** capacidade dos projetos de restauração de ecossistemas em alcançar padrões efetivos de restauração, incluindo o acompanhamento contínuo, a comunicação dos resultados e a realização de intervenções quando necessárias.
➔ 12 votos
- 6. Valorização da natureza:** formas de quantificar e valorar a restauração de ecossistemas, ou mesmo discutir se essa valoração é apropriada, de modo a atender aos princípios e objetivos estabelecidos por especialistas em âmbito local e global.
➔ 10 votos
- 7. Sustentabilidade dos projetos:** duração das iniciativas e em que medida é possível assegurar sua continuidade de forma restaurativa e sustentável ao longo do tempo.
➔ 9 votos
- 8. Visão de paisagem e outros biomas:** formas de ampliar e adaptar essas iniciativas para

diferentes paisagens e biomas.

➔ 5 votos

9. Capacidade e meios de vida no meio rural: risco de impor às comunidades locais um ônus desproporcional relacionado ao cuidado da paisagem, comprometendo seus meios de vida.

➔ 5 votos

10. Limitações de mão de obra: dificuldades para recrutar, manter e contar com uma força de trabalho representativa para a implementação das ações.

➔ 4 votos

11. Políticas públicas: desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas municipais, estaduais e nacionais alinhadas aos princípios e objetivos da restauração efetiva de ecossistemas.

➔ 3 votos

12. Combate ao desmatamento e vazamento (*leakage*): preocupação de que a implementação de projetos de restauração provoque o deslocamento de atividades que geram desmatamento para outras áreas da paisagem.

➔ 3 votos

13. Segurança da posse da terra: definição de quem detém a propriedade, a gestão e os direitos sobre as diferentes áreas no contexto do regime fundiário brasileiro.

➔ 2 votos

14. Metodologia: definição das abordagens, processos e boas práticas utilizados para orientar a restauração de ecossistemas e identificar as estratégias de manejo mais adequadas.

➔ 1 voto

15. Proprietários de terras versus visitantes: discussão sobre os objetivos da restauração de ecossistemas e a eventual influência exercida pelos diferentes usos e interesses associados à área, assim como sua atratividade para determinados públicos.

➔ 0 votos

ANEXO B: LISTA DE PARTICIPANTES

Nome	Organização
Maurem Alves	TFD / Klabin
João Augusti	Bracell
Gustavo Baesso	Preferred by Nature (PbN)
Guilherme Henrique Costa Baquião	Symbiosis
Rubens Benini	Pacto pela Restauração da Mata Atlântica / The Nature Conservancy (TNC)
Giovanna Bernardes	Rede de Sementes Vale do Ribeira
Barbara Bomfim	Rede Mulher Florestal / WWF
Bárbara Nascimento Flores Borum-Kren	Associação Popular Borum-Kren / UESC / Instituto Serrapilheira
Márcio Braga	iNovaland
Pedro Brancalion	Re.Green
Maria Eduarda Carvalho	Designer e Gestora de Projetos
Kerry Cesareo	WWF
Marcus Colchester	Forest Peoples Programme (FPP)
Maria Otávia Crepaldi	IPÊ
Ana Claudia Costa Destefani	Rede para Restauração da Caatinga (ReCaa)
Gary Dunning	The Forests Dialogue (TFD)
Victor Ferraz	Instituto Arapyauí
Isabela Filgueira Campos	TFD / Yale
Sérgio Augusto Marques Filho	Ibá - Comunicação
Canakya Galerita	International Forestry Students' Association (IFSA)
Tainah Godoy	Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura
Yuuko Iizuka	Sumitomo Forestry
José Junior	Grupo Ambiental Natureza Bela
Rodrigo Junqueira	Instituto Socioambiental (ISA)
Ana Paula Kanoppa	Ibá - Indústria Brasileira de Florestas
Elson Fernandes de Lima	Forest Stewardship Council (FSC) - Brasil
Colleen Mary Scanlan Lyons	Governors' Climate & Forests Task Force
Patrícia Machado	Suzano
Marcia Maria Marcial	Fórum Florestal da Bahia
Erica Munaro	Fórum Florestal da Bahia
Marcio Nappo	Bracell
André Nave	Re.Green

Nome	Organização
Cecile Ndjebet	REFACOF - African Women's Network for Community Management of Forests
Laura Aluotto de Oliveira	International Forestry Students' Association (IFSA)
Mariana de Oliveira Gianiaki	Marimar
João Payayá	FINPAT - Federação Indígena Das Nações Pataxó E Tupinambá Do Extremo Sul Da Bahia
Daniel Piotto	Universidade Federal do Sul da Bahia
Ana Paula Pulito	CMPC
Miriam Prochnow	Apremavi
Pierre-Jean Quetant	Morfo
Fernanda Rodrigues	Diálogo Florestal
Ana Paula Moreira Rovedder	Rede Sul de Restauração Ecológica
Marco Aurélio Barbosa Santos	Veracel
Osmar Bernardo dos Santos	Associação de Produtores Rurais – Comunidade Ribeirão
Dimitrio Schievenin	Biomass
Dilson Sena	Instituto Ciclos de Sustentabilidade e Cidadania
Carolina Toapanta	Fundação BOMACO
Logan Torres	TFD / Yale
Gabriel Trivelino	Equitable Earth Coalition
Sandra Vásquez	Fundacion Pro Eco Azuero
Pedro Wongtschowski	Instituto Itaúsa
Vitor Lauro Zanelatto	Diálogo Florestal

